

A LUDICIDADE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

PLAYFULNESS AND ITS CONTRIBUTIONS TO EVALUATION IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Diego Ramos Pereira de Souza¹

Ricardo Alexandre Agreli de Lira Miranda²

Jucelino da Silva Costa³

Girlaine Marcia de Mendonça Oliveira⁴

Maria Aparecida Santos da Silva⁵

José Wilker da Silva⁶

Glauco de Gouvêa Caldas⁷

Ramires Maria do Nascimento Domingos⁸

Ivanilda Maria Alves⁹

Maria Bruna da Silva¹⁰

Inaldevania de Melo Silva¹¹

Resumo: O presente artigo apresenta que os jogos, brinquedos e brincadeiras são fundamentais para

-
- 1 Mestre em Educação pela Veni Creator University
 - 2 Mestre em Educação pela Veni Creator University
 - 3 Mestre em Educação pela Veni Creator University
 - 4 Mestre em Educação pela Veni Creator University
 - 5 Mestre em Educação pela Veni Creator University
 - 6 Mestre em Educação pela Veni Creator University
 - 7 Doutor em Educação pela Veni Creator University
 - 8 Mestre em Educação pela Veni Creator University
 - 9 Mestre em Educação pela Veni Creator University
 - 10 Mestre em Educação pela Veni Creator University
 - 11 Mestre em Educação pela Veni Creator University

que a criança possa adentrar em um mundo de imaginação e realização onde a ludicidade possa proporcionar aprendizagem, interação e desenvolvimento infantil e cognitivo. O brincar se faz presente não apenas na infância, mas também em toda vida do indivíduo e, com isso, faz-se necessário que durante a infância possa ser efetivamente vivenciado, pois o momento do brincar, dos jogos e das brincadeiras se faz necessário ao desenvolvimento e aprendizagem que é tão importante na educação infantil. A ludicidade está presente no cotidiano escolar e, principalmente, nos primeiros anos de vida do indivíduo e por meio das atividades lúdicas, as crianças se comunicam consigo mesma e com o mundo ao seu redor, podendo assim, estabelecer relações sociais e construir conhecimentos desenvolvendo-se para que aprenda brincando. Com isso, fica claro que a criança é o centro no processo educativo e que a escola deve organizar-se para melhor atendê-la.

Palavras-chave: Ludicidade. Educação Infantil. Aprendizagem.

Abstract: The article discusses the importance of School-Family interaction in the process of developing the child's learning to a quality education. The methodology used was bibliographical research, in which it was verified that the relation of the school is indispensable the family must provide guidelines, construction of the identity of an individual should promote together with the school a partnership, in order to contribute in the integral development of the child. The research aimed to investigate the importance and influence of the family in the children's school performance. Considering that it is during the process of literacy that the relation school and family stands out.

Keywords: Family. Education. School. Parents.

INTRODUÇÃO

As mudanças decorrentes dos avanços tecnológicos e conseqüentemente da sociedade como

um grupo têm influenciado nas mudanças no sistema escolar. Tais mudanças interagem tanto com os alunos – que estão diretamente ligados aos avanços tecnológicos e assumindo maiores atividades e facilidade na obtenção de conteúdo, de conhecimento –, quanto professores – que além de se adaptar às mudanças desse setor, ainda, precisam estar conscientes de que os alunos precisam de uma formação variada, ampla e abrangente.

E sendo a escola um ambiente formador para a sociedade, as mudanças que surgiram desde a revolução industrial implicaram em adequações que até então não são fáceis de administrar. A adaptação para esta mudança implica na pluralidade, no reconhecimento de transições que geram desafios. Assim, volta-se para a escola a responsabilidade de focalizar na reflexão para abranger todos os aspectos que nela se mostram.

Assim o coordenador pedagógico assume a função de gerenciamento e supervisão para as atividades a serem realizadas. Como dito por CLEMENTI (2003) a função do coordenador é de programar e viabilizar a formação escolar dos alunos, qualificando as crianças para as mudanças produtivas.

Também é de responsabilidade do coordenador “acompanhar o trabalho docente, sendo responsável pelo elo entre os envolvidos na comunidade educacional [...]” (AZEVEDO, NOGUEIRA e RODRIGUES, 2012, p.23). Neste ponto é importante salientar que a relação entre professor e coordenador deve ser colaborativa e motivadora. O processo educacional deve-se pautar nessa inter-relação sem que haja prejuízos, afinal, uma vez que problemas relacionais são identificados, se não sanados, pode gerar atritos que prejudicam o desenvolvimento geral do projeto final que se dá pela formação escolar das crianças.

Dessa maneira, considerando os aspectos de responsabilidades, atribuições e compreensão das mudanças decorrentes da hierarquia pedagógica o artigo objetiva discutir as dificuldades enfrentadas pelo coordenador pedagógico. E nesta linha de pesquisa foi do interesse do pesquisador discutir a função social da escola, as atribuições do coordenador pedagógico e sua consequente necessidade de adaptação para esta mudança, uma vez que novos conteúdos, conhecimentos, práticas

e comportamentos precisam ser adotados.

A metodologia adotada foi a de revisão bibliográfica de material digital dos bancos de dados acadêmicos: google acadêmico, revistas acadêmicas registradas no site da scielo e demais relacionamentos com o tema da educação, função escolar, papel do coordenador pedagógico e formação continuada.

ASPECTOS HISTÓRICOS E FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Sendo a sociedade mutável, líquida e tangível de mudanças, a realidade social deve ser constantemente observada para que se compreenda a dinamicidade em vigor para cada momento.

Para compreender esse fluxo contínuo de mudança, é preciso considerar os elementos de acontecimentos, cenários, atores, relação de poder e articulação entre estrutura e conjuntura. Neles são considerados os espaços sociais, espaços de socialização; os sujeitos sociais que interagem nos espaços sociais; relações de força entre um grupo ou pessoa que defende um bem ou um mal e o que sustenta financeiramente estas relações (SILVA e WEIDE, 2014).

Desse modo se considerarmos que a escola é um espaço balizador de socialização, um espaço onde ocorre um dos primeiros contatos e interações da criança em sociedade, então ela precisa ser observada e estudada dentro desses cinco elementos. E aí se encontra a necessidade de se discutir sobre funções sociais e conseqüentemente a função da escola.

A temática da função da escola é bastante considerada e discutida. E a temática da função da escola-instituição, escola-espaco e escola-ambiente é ainda uma temática ampla, que pode se basear em funções mais clássicas, tradicionais de uma sociedade mais sólida e/ou instituída com menos mudanças notáveis ou mesmo abarcar funções mais modernas de uma sociedade mais atual.

Dessa maneira, para se compreender o que é a função da escola, se faz necessário definir “função”. Trata-se de um substantivo feminino que indica um cargo ou exercício, uma missão, uma incumbência, uma utilidade, um entendimento. E quanto a função como missão escolar, SANTOS,

GOMES e VILAR (p.3) afirma:

A escola assumiu gradativamente várias funções por ser uma instituição social complexa, mas sua função substancial ainda é a de lidar com os conhecimentos [...]

Dessa forma estão enquadradas as duas grandes categorias de instituição escolar. A instituição pública de ensino e a instituição privada de ensino. Nessas funções são diferentes, ainda que tenham o mesmo objetivo quanto ao conhecimento. A função de cada setor escolar nas suas mais diversas subcategorias vai variar de acordo com a categoria de ensino, por exemplo, creche, pré-escola, fundamental etc.

BUENO (2010) ressalta que cada escola é ímpar, e não deve ser vista de forma genérica, uma intervenção não funciona em todas as instituições, cada meio tem que ser vista de acordo com a sua história, com a sua cultura, colocando em pauta que cada instituição é única.

Os conteúdos curriculares devem estabelecer a relação entre teoria e prática, através de situações próximas da realidade do aluno, permitindo que os conhecimentos adquiridos melhorem sua atuação na vida cotidiana. Estabelece uma relação entre o conhecimento e as ações comuns da vida do aluno.

De tal forma, quanto aos aspectos formadores inerentes à função da escola formadora de conhecimento e formadora de cidadãos, DURKHEIM (2013), a educação deve formar indivíduos que se adaptem à estrutura social vigente instituindo os caminhos e normas que cada um deve seguir.

Isso denota a necessidade de se discutir o conceito de educação. E segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996), a educação é um direito a ser preservado e ela está ligada à forma de organização da sociedade nacional como um princípio formador.

Sobre o aspecto do direito na LDB (1996), CURY (2008, p.294), afirma que:

Como direito, ela significa um recorte universalista próprio de uma cidadania ampliada e ansiosa por encontros e reencontros com uma democracia civil, social, política e cultural.

Considerando que o Brasil por muito tempo negou o direito à educação, ao conhecimento por instituir este às classes dominantes de alto poderio, as considerações da LDB sobre os direitos à educação atual é um conceito inovador de um avanço significativo para a sociedade.

No período em que a escola tradicional se tornou conhecida e atingiu o auge a situação social e econômica era mais agrária e o país passava pela transição pós escravatura. Este foi o período em que se mantinha o pensamento de que os comportamentos de marginalização, hoje tão conhecidos, estava diretamente relacionado à falta de educação. E assim a escola se tornou o placebo dos problemas de conduta em sociedade. E já nos países mais desenvolvidos, postulava-se a pedagogia da escola nova, que partia do pressuposto da compreensão de uma realidade socioeconômica (SILVA e WEIDE, 2014).

A educação escolar deveria proporcionar às crianças uma capacidade de ação mental e instrumental suficiente para que apreendessem a realidade dinâmica da primeira metade do século XX, intervindo nela (SILVA e WEIDE, 2014, p.16).

Diante deste momento histórico e considerando a importância das compreensões e intervenções posteriores a elas, a escola teve um papel de ajustar daqueles que não tinham um comportamento aceitável para se conviver em sociedade. Assim começou o processo de patologização escolar.

E foi por meio do laço entre governo e empresas particulares que a Escola Nova se instaurou no Brasil.

Em decorrência disso, houve um outro acontecimento: a imposição de uma nova função social à escola. Na Escola Nova a marginalidade foi associada à diferença, e se pretendeu, ao mesmo tempo, explicar a marginalidade pelo desajustamento e pela inadaptabilidade (SILVA e WEIDE, 2014, p.19).

Diante deste momento histórico e considerando a importância das compreensões e intervenções

posteriores a elas, a escola teve um papel de ajustar daqueles que não tinham um comportamento aceitável para se conviver em sociedade. Assim começou o processo de patologização escolar.

E foi por meio do laço entre governo e empresas particulares que a Escola Nova se instaurou no Brasil.

Nesse sentido, a compreensão de uma nova escola, a escola moderna atual, passa a ser um avanço significativo do que se via em séculos passados. E ainda que hoje se note a semelhança da patologização da aprendizagem por meio dos tão comuns diagnósticos de TDAH, Dislexia etc. é possível notar mudanças significativas na forma como a escola se estrutura na atualidade.

Ainda assim, a relação histórica exposta repercute na formação escolar como um todo, uma vez que ela terá que lidar com todos os aspectos do desenvolvimento, não só humano, como político, social, legal, cultural etc.

Mas a compreensão e adequação para a recepção de um aluno que terá influências dos mais diversos aspectos desse desenvolvimento será balizadora para os planos traçados no ensino e conseqüentemente para os resultados obtidos no processo de ensino-aprendizagem. E neste caso esta formação não é apenas escolar, considera-se também o primeiro meio social e educacional em que a criança se insere, a família.

E considerando todos os envolvimento interpessoais advindos dessa formação e evolução tecnológica, a relação entre pares, e a escola terão carga significativa para o seu desenvolvimento. É neste ambiente que a criança irá adquirir conhecimentos de socialização, conhecerá as diferenças uma vez que também a escola é inclusiva, aprenderá a se comunicar através da linguagem e da escrita etc.

E considerando todos estes aspectos como pertinentes e inerentes na escola, e conseqüentemente geradores de mudanças em todos os âmbitos dessa instituição, ela em suas atribuições deverá estar apta a receber e formar. Assim, cabe a discussão sobre a evolução e adaptação/formação específica da escola desde seus fundamentos estruturais até os mais específicos de gestão e ensino.

A FUNÇÃO DO PROFESSOR/COORDENADOR PEDAGÓGICO

Quando se tratava da profissão de professor, em seu início, logo podíamos pensar sobre as primeiras “escolinhas” primárias. E a formação do professor estava diretamente ligada ao grau técnico de magistério. E isso, antes mesmo de se pensar em formação para tal cargo era visto nos primeiros discursos das crianças sobre a carreira a seguir, e mais nitidamente visto nas suas brincadeiras.

Ainda que esta analogia não represente a total realidade dos fatos em relação à atuação pedagógica, faz-se prática para as considerações acerca da dificuldade inicial, nos primeiros trabalhos de coordenação quanto à construção de um trabalho eficiente.

“[...] Os atuais coordenadores dessa rede de ensino, com raras exceções, não foram formados para tal atuação. Formaram-se professores em diversas áreas do conhecimento, participaram de processo seletivo na sua delegacia de ensino e encontram-se nas escolas premidos pelas urgências do cotidiano, envolvidos em alguns projetos pedagógicos específicos ou atendendo a requisições pontuais da direção da escola” (FRANCO, 2008, p.120).

Naturalmente as mudanças dessa práxis foi percebida ao longo do tempo e evolução das ciências, construindo a identidade desse professor.

As mudanças na educação, assim como na estrutura escolar e na hierarquia da gestão escolar exigiram uma adequação para a realização dos processos pedagógicos. Tendo exigências pessoais e técnicas.

Quanto aos aspectos pessoais do coordenador foram exigidas formações e convicção para a realização do trabalho. E quanto aos aspectos técnicos, foram exigidas a interpretação das situações educativas como complexas e carregadas de componentes éticos que demandam objetivos claros para a resolução de problemas e obtenção de resultado para os meios de formação social, afetivo e acadêmica.

Afinal, considerando os aspectos evolutivos das áreas do saber e conseqüentemente das mudanças no sistema escolar, falar sobre as disciplinas escolares, assim como suas funções pedagógicas, suas mudanças podem ter um sentido mais aprofundado quando apontada a relação

com um conjunto de normas determinantes de conduta e prática para um novo comportamento de resultados significativos para a vida em sociedade.

Assim, também considerando os aspectos organizacionais da escola, não apenas como uma instituição de ensino, mas também como uma instituição/empresa que é regida por aspectos de motivação, desempenho, atendimento etc. é importante destacar a importância da estimulação dos profissionais e como isso altera as concepções iniciais quanto à escola e à prática pedagógica.

Isso denota percepção lapidada e mudanças significativas no processo de evolução desta área. E assim, a coordenação como um todo, demonstra estar atenta para identificar as necessidades presentes no ambiente escolar. Uma atribuição pedagógica.

Como destaca AZEVEDO, NOGUEIRA e RODRIGUES (2012) sobre o papel do coordenador pedagógico nesse ambiente:

“Esse profissional tem que ir além do conhecimento teórico, pois para acompanhar o trabalho pedagógico e estimular os professores é preciso percepção e sensibilidade para identificar as necessidades dos alunos e professores, tendo que se manter sempre atualizado, buscando fontes de informação e refletindo sobre sua prática.” (AZEVEDO, NOGUEIRA e RODRIGUES, 2012, p.23).

É nesse quadro de trabalho que a coordenação se mostra prática para resolução de problemas e busca de resultados no processo de ensino-aprendizagem. E é nesse aspecto de resolução de problemas que se destacam os apontamentos de GUIMARÃES e VILELA (2000), sobre três níveis de atuação:

“[...] resolver os problemas instaurados; prevenir situações problemáticas previsíveis e promover situações saudáveis do ponto de vista educativo e socioafetivo.”

Estes três aspectos indicados pelos autores estão interligados. E são considerados ímpares para que o processo pedagógico seja substancialmente produtivo e gere resultados significativos. São essas características indicativas para as atividades da coordenação pedagógica.

E relembando a importância das mudanças decorrentes da evolução tecnológica e social, assim como a responsabilidade da escola quanto à formação acadêmico-afetiva, tudo cai sobre a escola e a sua função formadora passa por adaptações que precisaram e precisam ser administradas.

Mas considerando que mudanças são necessárias, e que são comumente relacionadas às positivities, à extração de resultados positivos para o todo pode-se dizer que é de grande complexidade.

Dessa forma, como afirma BOFF (2002) sobre as mudanças e o papel do coordenador neste momento:

“[...] a crise é momento de transformação. Na escola, todos têm a responsabilidade sobre essas interpretações, contudo, cabe ao Coordenador Pedagógico organizar espaços, tempos para tais reflexões, a fim de verificar se os problemas de indisciplinas têm mesmo como causa as circunstâncias em referência.”

É o coordenador o responsável pela formação e formação continuada. Reforçador da busca pelo conhecimento. Este cuidado da formação docente define a capacidade de organização da escola uma vez que este professor é qualificado.

Na atualidade este aspecto de formação continuada tem tido muito destaque, uma vez que as demandas escolares têm sofrido mudanças em relação ao que era conhecido antigamente. As mudanças advindas de todos os aspectos que interagem com as pessoas – as crianças escolares não estão isentas nessa relação – exige do professor novos conhecimentos, gerando a necessidade constantemente reforçada de formações focadas para lidar com essas situações emergentes no contexto escolar.

Em justificativa a essa importância de formação, CHRISTOV (2008, p.9-10) diz que:

“[...] a crise é momento de transformação. Na escola, todos têm a responsabilidade sobre essas interpretações, contudo, cabe ao Coordenador Pedagógico organizar espaços, tempos para tais reflexões, a fim de verificar se os problemas de indisciplinas têm mesmo como causa as circunstâncias em referência.”

E para este fim é preciso definir projetos de formação, criar estratégias de acordo com a necessidade. Para isto a escuta é imprescindível, uma vez que é a necessidade pedagógica, a necessidade do docente que precisa ser sanada.

É do coordenador a função de formar os professores dentro da instituição em que atua, entendendo que a formação continuada é condição para o exercício de uma educação consciente das necessidades atuais dos alunos que frequentam a escola (BARROS, EUGÊNIO, 2014, p.3).

Mas também não se pode excluir a formação da coordenação. Entende-se que a formação do professor deve caminhar junto com o seu trabalho, para que haja o enfrentamento dos desafios iminentes.

Assim sendo a escola um conjunto de setores de uma instituição que estão interligados entre si, pode-se afirmar com categoria que sozinho o gestor, coordenador e/ou professor sozinho não dá conta das demandas advindas do serviço escolar.

A presença do coordenador pedagógico está para compartilhar essas dificuldades, para mostrar aos professores que não estão sozinhos, para articular uma equipe que se apoie, que proporcione uma formação sólida e que todos busquem juntos alternativas visando a aprendizagem dos alunos (BARROS e EUGÊNIO, 2014, p.4).

CURY (2008) aponta os argumentos de MATE (1998 apud CURY, 2008), sobre a definição da identidade da coordenação pedagógica onde suas atribuições denotam turbulência de altas demandas e o asseguramento não lhe cabe, tendo assim que assumir muitos papéis. Por isso tendo visto muitas atribuições, funções desviadas de sua prática.

Para realizar as reuniões de formação com os professores, por exemplo, seria preciso inicialmente conciliar horários (BARROS e EUGÊNIO, 2014, p.4).

Além de precisar planejar os horários escolares, horários de formação para aprimoramento da equipe docente e estar atento às demandas escolares, discursos dos professores para as devidas

providências de melhoria no espaço escolar.

Entretanto, o próprio coordenador, acaba em alguns casos desconhecendo o seu papel e acaba por ocupar assim, papéis que mais necessita a escola, naquele momento.

Não obstante a realidade de escolas públicas e/ou mesmo particulares sem muitos recursos para viabilizar o trabalho deste profissional, assim fica claro que não apenas um professor, o coordenador pedagógico assume papéis de gestor, além de assumir o papel de mediador quando na necessidade do contato familiar.

E, é necessário, também, ressignificar não apenas para os professores que assumem o papel de coordenação pedagógica a sua própria identidade profissional, como também, e diria até principalmente aos docentes que se veem em posição passiva de identificação do papel do coordenador. Afinal, é necessário que haja uma mudança no imaginário docente para que os papéis sejam definidos e não haja conflito de identidades sobre os papéis de cada profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios encontrados no desenvolvimento deste artigo, propiciou ainda mais o interesse pelo assunto. Foi possível por meio do material utilizado refletir sobre a prática pedagógica, sobre a função do professor e sobre a função do ensino escolar na formação.

E compreender ainda os entraves quanto aos aspectos de evolução da educação, assim como as dificuldades da prática profissional do coordenador pedagógico diante da alta de demanda de atividades. E como referenciado, foi possível compreender ainda, até quanto ao reconhecimento de sua identidade como gestor pelos demais docentes.

Diante disso nota-se que é suma importância discutir mais sobre a temática das dificuldades enfrentadas pela sobrecarga, a gestão escolar, o ensino qualificado pela formação continuada e o aprimoramento na formação, entre outros aspectos da prática pedagógica que devem ser trabalhados na ciência.

Assim como é de suma importância, também, discutir mais sobre a relação conjunta, e divisão de atividades para o andamento das atividades de forma fluida e objetiva. Assim podendo envolver os professores e demais funcionários de forma democrática para a realização do proposto para trabalho escolar.

Nesta pesquisa buscou-se discutir também a função da escola abordando um pouco do histórico da escola brasileira, abordando aspectos conceituais e fundamentais dos conceitos da escola moderna através dos autores referenciados.

Conclui-se, portanto que muito dos componentes históricos do desenvolvimento da educação ainda se fazem presentes na escola moderna. E que como uma sociedade propensa a mudanças isto será sempre notado na busca do objetivo comum que é o conhecimento, a formação escolar.

E quanto aos aspectos relacionados à formação continuada este assunto deve ser discutido e reforçado na busca de metodologias que se adequem à evolução da sociedade, e fomentem a participação constante e conjunta da equipe escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, J. B. de; NOGUEIRA, L. A.; RODRIGUES, T. C. O coordenador pedagógico: suas reais funções no contexto escolar. *Perspectivas online: ciências humanas e sociais aplicadas*. Vol.4, nº2, p.21-30, 2012.

BARROS, S.; EUGÊNIO, B. G. O COORDENADOR PEDAGÓGICO NA ESCOLA: FORMAÇÃO, TRABALHO, DILEMAS. *Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós*. Vol. 4, nº 16, 2014.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BUENO, José Geraldo Silveira. Função social da escola e organização do trabalho pedagógico. Acesso em: 06 de junho de 2024.

BOFF, Leonardo. *Crise de Oportunidade de Crescimento*. Campinas: Verus, 2002

CURY, C. A. J. A EDUCAÇÃO BÁSICA COMO DIREITO. Cadernos de Pesquisa. Vol.38, nº134, p.293-303, 2008.

CLEMENTI, Nilba. A voz dos outros e a nossa voz. In.: ALMEIDA, Laurinda R., PLACCO, Vera Maria N. de S. O coordenador pedagógico e o espaço de mudança. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

CHRISTOV, L. H. da S. Educação continuada: função essencial do coordenador pedagógico. In: MATE, C. H. et al. O coordenador pedagógico e a educação continuada. São Paulo, Loyola, 11ª ed., 2008, p.9-13

DURKHEIM, E. Educação e sociologia. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

FRANCO, M. A. S. COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: UMA PRÁXIS EM BUSCA DE SUA IDENTIDADE. Revista Múltiplas Leituras. Vol.1, nº1, p.117-131, 2008.

GUIMARÃES, A.A.; VILELA, F. C. B. O professor-coordenador e as atividades de início de ano. In: BRUNO, E.B.; ALMEIDA, L.R.; CHRISTOV, L.H.S. (orgs.). O coordenador pedagógico e a formação docente. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 37-54.

SANTOS, U. E.; GOMES, J. L.; VILAR, L. P. COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: DA BUROCRACIA AOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM. Disponível em: www.marilia.unesp.br. Acesso em: 22 de junho de 2024.

SILVA, A. J.; WEIDE, D. F. A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA. Unicentro, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br>. Acesso em: 25 de junho de 2024.